

CONSTITUIÇÃO

Militares aprovam tirar do texto estado de emergência

Assembleia Const

Representantes dos Ministérios militares, ouvidos ontem por um dos comitês da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, defenderam o fim do instituto do estado de emergência e a manutenção apenas das medidas de emergência e do estado de sítio, que consideram salvaguardas suficientes para defesa do Estado. Mesmo quanto a estas, o Congresso Nacional deverá ser consultado sobre sua aplicação, podendo sustar as medidas, exceto em caso de guerra.

O comitê que estuda a "defesa do Estado, da sociedade civil e das instituições democráticas" conheceu ontem a visão dos militares sobre a próxima Constituição. O Vice-Almirante Mário César Flores, o Tenente-Brigadeiro Clóvis Pavan e o General-de-Brigada Carlos Aníbal Pacheco defenderam a ampliação da participação eleitoral dos militares, permitindo-se o voto dos soldados e cabos, exceto para as praças que cumprem apenas um ano de serviço militar obrigatório.

Os representantes das Forças Armadas também

desejam a ampliação da participação dos militares como candidatos: poderão ser candidatos aqueles com mais de dez anos de serviço, que passariam para a reserva quando eleitos e diplomados. Para os militares com menos de dez anos de serviço militar, prevêem que passem para a reserva ao se candidatarem. Em ambos os casos, durante a campanha os militares deverão estar licenciados para poderem se vincular a partidos políticos.

O Vice-Almirante Mário César Flores, responsável pela maior parte da exposição dos militares aos membros da comissão, disse que deve haver alteração no Serviço Nacional de Informações (SNI), para adequação à nova realidade; defendeu que o cidadão deve ter acesso às fichas sobre sua vida política, e considerou impraticável submeter o SNI ao controle do Congresso Nacional.

A segurança nacional o Almirante e seus companheiros consideram tão importante quanto a segurança externa. E defenderam a necessidade de reformu-

lar as atribuições do Conselho de Segurança Nacional, além de concordarem com a colocação feita por alguns dos membros da comissão — Miguel Reale Júnior, Hélio Jaguaribe, Odilon Coutinho e Cláudio Pacheco — de que o CSN tem poderes excessivos e até absurdos, como o de fixar os objetivos nacionais permanentes.

Os três representantes dos Ministérios militares foram unânimes em assegurar que não existe de parte das Forças Armadas nenhuma intenção de ultrapassar os limites do que a Constituição lhes destina, mas não acham possível ver um controle — como pretende o jurista Cláudio Pacheco — para evitar intervenções militares indevidas no Poder (golpes de Estado).

Na parte da manhã, o comitê ouviu os comandantes das Polícias Militares do Rio (Coronel Nazaré Cerqueira), São Paulo (Coronel Milton Viana) e de Minas Gerais (Coronel Leonel Arcanjo Afonso) e o presidente da Associação dos Delegados de Polícia, Ciro Vidal Soares da Silva.